



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

SESSÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE

ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO REALIZADA NO DIA ONZE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e catorze, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, no Salão Nobre do Município de Sátão, a Assembleia Municipal de Sátão, em sessão ordinária, sob a presidência da sua Presidente, Eugénia Maria de Oliveira Duarte, coadjuvada pela primeira secretária, Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral e pelo segundo secretário, Luís Carlos Figueiredo de Sousa, para tratar dos assuntos constantes da Convocatória, com a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS:**

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2014.
2. Leitura de correspondência.

III ORDEM DO DIA

3. Apreciação do inventário e apreciação e votação da Prestação de Contas do ano de 2013.
4. Discussão e votação da 2.^a Revisão Orçamental do ano de 2014.
5. Designação de 4 (quatro) cidadãos eleitores, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sátão, biénio 2014/2016.
6. Discussão e votação da (s) lista (s) dos Juízes Sociais.
7. Discussão e votação da autorização para abertura de Procedimento Concursal com vista à constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado – 1 lugar de Técnico Superior Florestal ou Agrícola, previsto no mapa de pessoal.
8. Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do Concelho:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

autorização de celebração de contratos interadministrativos e aprovação de minuta de contrato; autorização de celebração de acordos de execução e aprovação de minuta de contrato.

9. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

10. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Após verificar a existência de quórum, iniciou a reunião pelas vinte horas e trinta minutos.

Vereadores da Câmara Municipal presentes: Rosa Carvalho e Catarina Isabel Almeida.

Estiveram presentes:

A Sra. Presidente da Assembleia: Eugénia Maria de Oliveira Duarte

A 1.ª Secretária da Assembleia: Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral

O 2.º Secretário da Assembleia: Luís Carlos Figueiredo de Sousa

Os Srs. Deputados: Acácio Santos da Fonseca Pinto, José Carlos Moreira da Costa, Paula Cristina de Almeida António Cardoso, Ana Cristina Conde Gonçalves, António Pacheco de Aguiar, José António de Carvalho Figueiredo, Adriano Lourenço de Almeida, Ana Isabel Moreira Almeida, António Rodrigues da Silva, António Carlos Gomes da Silva, Maria Isabel Jesus de Sousa, António Carlos Rodrigues, António Lopes, Arlindo Jorge Sousa Ferreira, Inês de Oliveira Nunes.

Os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia: Geraldo de Jesus Oliveira – Avelal, Manuel Jorge de Jesus Oliveira – Romãs Decermilo e Vila Longa, Maria Virgínia do Amaral Figueiredo – Ferreira de Aves, Agostinho Machado Rodrigues – Mioma, Rui Miguel Loureiro Cabral – Rio de Moinhos, Paulo Jorge Correia Almeida – S. Miguel de Vila Boa, António José Filipe Carvalho – Sátão, Maria de Lourdes Albuquerque Frias Pinto – Silvã de Cima.

Tomada de posse por substituição: Feita a chamada geral dos deputados que compõem a Assembleia Municipal, verificou-se a ausência senhor presidente da junta da União de Freguesias de Águas Boas e Forles, Hélder José Jesus Vaz, tendo sido substituído por António José Ferreira Caiado (secretário da junta da União de Freguesias de Águas Boas e Forles).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Faltas: Faltaram e apresentaram justificação de falta os Srs. deputados Sérgio Almeida Ferreira e Joaquim Manuel Rebelo Marinho. Faltou a Sr. deputada Paula Catarina Ferreira Martins, que não apresentou justificação de falta.

I INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Assembleia: Não há inscrições para o Ponto da Intervenção do Público.

II ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Discussão e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2014.

Presidente da Assembleia: Coloca a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2014 à discussão.

Inscrições: Paula Cristina Cardoso, Maria Virgínia Figueiredo, Acácio Pinto, Inês Nunes

Paula Cristina Cardoso: Faz uma correção na página 4, linha 10, na sua intervenção, onde está escrito “Então considera que ela própria se recusou...” não deve constar, porque o que na altura disse foi o seguinte: “Eu fui então um dos quase totalidade, porque nessa altura estava de licença de nojo”. Salienta também um erro de transcrição na página 7, linha 12, na intervenção do Sr. deputado Acácio Pinto onde diz “revelantíssima” deve constar “relevantíssima”.

Maria Virgínia Figueiredo: Começa a sua intervenção solicitando que fosse considerada a intervenção que houve no Ponto Seis “Discussão e votação do aditamento ao artigo 11 do ponto 4, com epígrafe “Isenção de natureza subjetiva”, do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sátão”, dado que houve intervenção e sobre a mesma não consta nada. Uma ata deve registar o que se passa numa reunião.

Presidente da Assembleia: Esclarece que o não registo em ata da intervenção da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves prende-se com o facto de ter sido entendido o seguinte: havia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

palavra “poderá” na discussão do aditamento ao artigo 11 do ponto 4, com epígrafe “Isenção de natureza subjetiva”, do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sátão, que colocava em dúvida a isenção da taxa. Dúvida esta levantada pela Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves. Foi então decidido na anterior reunião da Assembleia Municipal que se retiraria a palavra “poderá”, com o acordo dos membros presentes dos órgãos executivo e deliberativo, de modo a que não existissem dúvidas quanto à isenção da taxa em discussão. Mas, como foi na altura explicado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal legalmente não pode alterar as propostas que venham da Câmara Municipal. A Assembleia Municipal pode propor a alteração, mas esta deveria ir novamente à reunião de Câmara Municipal e, depois de deliberada, viria novamente à reunião da Assembleia Municipal, o que iria atrasar a implementação desta taxa, muito benéfica para os satenses. Com o bom senso e com a concordância de todos os presentes, foi então retirada a palavra “poderá”, como se esta alteração já viesse da parte da Câmara Municipal, mas como é lógico, as intervenções que surgiram não puderam constar na ata. Falaram com o Sr. Presidente da Câmara Municipal e ele concordou e também falaram com a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves e ela entendeu que não se deveria retirar as intervenções da ata e está no seu direito. Esta é a explicação da Mesa da Assembleia quanto a este assunto.

Presidente da Câmara: Refere que a explicação dada pela Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal corresponde à realidade. Diz ainda que na anterior reunião da Assembleia Municipal explicou que se o documento tivesse sido retirado da Ordem de Trabalhos teria de voltar à reunião de Câmara, ser novamente deliberado e voltar novamente à reunião da Assembleia Municipal, o que atrasaria a entrada em vigor da isenção dessa taxa benéfica para o Concelho. Diz ainda que se a Mesa da Assembleia assim o entender, que fiquem em ata as intervenções decorrentes do Ponto da Ordem de Trabalhos da sessão da Assembleia anterior em análise e voltará novamente à reunião da Câmara Municipal, para depois vir então à reunião da Assembleia Municipal para ser votado. Esclarece ainda que teve o cuidado de levar este assunto à reunião de Câmara Municipal para que a ata da reunião de Câmara Municipal em questão fosse emendada, com a concordância de todos os Vereadores.

Presidente da Assembleia: Questiona a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves se pretende que a sua intervenção no Ponto da Ordem de Trabalhos da anterior sessão da Assembleia “Discussão e votação do aditamento ao artigo 11 do ponto 4, com epígrafe “Isenção de natureza subjetiva”, do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Sátão”, conste da ata



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

em questão. Se assim for, constará a intervenção, mas obviamente será retirada da ata a votação desse mesmo Ponto que irá ser novamente apresentado à deliberação do órgão executivo do Município de Sátão.

Maria Virgínia Figueiredo: Refere que não é uma questão de querer ou não querer. Esta Lei é do ano de 1951 e só agora se deu conta dela. Não se deve “meter o carro à frente dos bois”. Deve-se assumir a responsabilidade das palavras que se proferem. Ou então quando “dá jeito”, eliminam-se as pessoas e o que elas dizem. Há regras essenciais que se devem cumprir. Quem vem defender uma posição, essa tem de constar em ata. Refere ainda que dá os parabéns à Câmara Municipal por esta deliberação, apenas tem o defeito de vir tardia. Mas tudo o que se diz, ainda que por súmula, deve vir retratado na ata. Quem diz, o que quer que seja nesta Assembleia Municipal, é responsável pelo que diz e tem de estar registado. Se o Ponto de Ordem de Trabalhos em questão tivesse sido alterado, hoje já estariam a votar esse assunto.

Acácio Pinto: Começa a sua intervenção dizendo que a democracia são procedimentos e não é nada que se faça ao sabor de cada um dos intérpretes que estão nesta sala ou em qualquer sala do País. Quanto ao que a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves diz, refere que ele não é visado, mas quer deixar a sua posição e a do Partido Socialista: pergunta, aquilo que se passou aqui hoje vai constar na próxima ata ou não? Varrem da ata momentos da reunião e isto não pode acontecer. A reunião é constante de um conjunto de intervenções. Cada um tem de saber que quando intervém, tem consequências, assim como os atos que toma. O que a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves diz tem toda a razão, na sua interpretação e na dos deputados do Partido Socialista. Não podem “varrer” das atas o que entendem “varrer” ou esconder. Se aquilo que foi invocado se passou deve constar da ata, assim como hoje toda esta discussão também deve constar na ata. Porque senão passam a colocar na ata só o que lhes interessa, pensando que estão a agilizar procedimentos, quando afinal estão a subverter aquilo que são os princípios elementares do funcionamento e das regras democráticas.

Presidente da Câmara: Depois das intervenções realizadas hoje, refere que as coisas não são feitas como convém ou não. Por vezes, a democracia tem destas coisas e vivemos num País que por vezes tem diversas situações que se atrasam escusadamente. Saliencia que nesse dia foi perfeitamente esclarecedor quando disse que estavam as Sras. Vereadoras e que autorizavam a que se fizesse a dita alteração eliminando a palavra “poderá”, para que não se atrasasse mais este ponto. Inclusivamente, já entraram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

dois requerimentos, um das Pedrosas e outro de Ferreira de Aves, para que seja dado provimento. Como o pedido que tinha sido feito na reunião da Assembleia Municipal foi que fosse retirada a palavra “poderá” e como isso aconteceu, julgou que todos os presentes concordassem com essa situação e por isso foi tomada a atitude de não constar na ata. Apresenta de imediato as suas desculpas à Assembleia Municipal e diz à Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal que constem as intervenções da última reunião da Assembleia quanto a este ponto. O assunto voltará novamente à reunião de Câmara Municipal e só depois voltará à reunião da Assembleia Municipal para ser votado. A democracia tem destas coisas e isto não beneficia em nada o concelho de Sátão. A sua resposta em relação à intervenção da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves nessa reunião e nesse Ponto é que irá retirar o Ponto da Ordem de Trabalhos para voltar à reunião de Câmara para ser analisado e votado. Assim está a ser feita a democracia.

Inês Nunes: Faz alguns reparos relativamente a erros pontuais. Na página 13, na terceira linha, a palavra “fato”, deve ser substituída por “facto”. Na palavra “pós laboral”, deve constar o hífen, “pós-laboral”. Na página 16, quarta linha, na intervenção da Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal, onde consta “por entendem”, deve constar “por entenderem”. Na página 22, na intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, onde consta “trinta metros”, deverá constar “trinta metros quadrados.”

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a discussão da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia 27 de fevereiro de 2014, com as devidas alterações/ correções propostas incluindo a intervenção da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, esta foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 24 (vinte e quatro)

Votos contra: 1 (um)

Abstenções: 1 (um)

Estavam presentes 26 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por maioria.

2. Leitura de correspondência.

Presidente da Assembleia: Dá conhecimento da correspondência da Assembleia Municipal recebida e enviada desde a última reunião ordinária e coloca a mesma à disposição dos senhores deputados que a queiram consultar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Antes da Ordem do Dia

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto Antes da Ordem do Dia à discussão.

Inscrições: Ana Cristina Gonçalves, José Carlos Costa, António Carlos Rodrigues, Ana Isabel Almeida, José António Figueiredo, Inês Nunes, Maria Virgínia Figueiredo, Acácio Pinto, Manuel Jorge Oliveira.

Ana Cristina Gonçalves: Começa a sua intervenção perguntando qual o ponto de situação da nova estrada de ligação Sátão-Viseu. De seguida aborda outro assunto, referindo que em Portugal e no distrito de Viseu há uma enorme resistência a antimicrobianos. Soube que a Direção Geral de Saúde está a fazer uma campanha na qual as autarquias podem e devem participar. Esta campanha está a ser feita a nível da comunicação social, existindo cartazes para colocar a nível concelhio, que podem ser requeridos pela Câmara Municipal. Desconhece se a Câmara Municipal já tomou essa iniciativa, deixando a sugestão de requisitar e colocar os cartazes, para que todos os cidadãos possam ser alertados para este problema de saúde pública.

José Carlos Costa: Questiona quais as diligências que já foram tomadas quanto à estrada do Carvalhal-Lamas, pois também já se trata de uma questão de segurança; realça que deveriam ser colocados paralelos nas curvas perigosas, evitando os acidentes dos ciclomotores. Refere que em muitas localidades da freguesia de Ferreira de Aves faltam placas de sinalização com identificação das mesmas. Na ligação da Corujeira-Quintas de Santo António, junto à serração, a seguir ao aqueduto está em risco. Solicita a resolução destes assuntos.

António Carlos Rodrigues: Refere que reparou que as obras do novo posto da GNR de Sátão já têm vedação, o que significa que irá evitar alguns acidentes, apesar de ter sido colocada tardiamente. Questiona relativamente ao serviço do Sátão Digital, que foi um investimento de 150 mil euros e, infelizmente, em Contige esteve mais de dois meses sem funcionar. Para um investimento dessa envergadura e tendo ainda sido tema da campanha política é inadmissível estar mais de dois meses sem funcionar. Lembra ainda o Sr. Presidente da Câmara Municipal de uma promessa eleitoral feita em Contige sobre o embelezamento do Eucalipto de Contige, que de acordo com autoridade nacional de florestas é considerado uma árvore monumental e é considerada como Árvore de Interesse Público. Esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

árvore é uma referência não só para Contige, mas também para todo o Concelho. Apesar de ter sido feita uma intervenção no âmbito da Proteção Civil e não do embelezamento da área, esta está completamente abandonada. Foram colocados vários paralelos na estrada nacional 229 e esqueceram-se de Contige. Sugere que se faça uma requalificação, propondo que esta seja feita na faixa da direita no sentido de Viseu-Sátão, ficando uma pequena rotunda.

Ana Isabel Almeida: Começa a sua intervenção alertando para o mau estado de conservação em que se encontra a estrada rural de ligação entre as povoações das Duas Igrejas, freguesia de Ferreira de Aves e a aldeia da Queiriga, concelho de Vila Nova de Paiva. Relembra também que está a chegar a época de maior atividade agrícola e que é necessário proceder à limpeza dos caminhos rurais e agrícolas, pois os agricultores precisam das estradas e caminhos circuláveis para se deslocarem às suas propriedades. Refere ainda que devido aos incêndios de verão ocorridos na freguesia de Ferreira de Aves, nomeadamente, nas localidades de Casfreires e de Covelo, estão a ser retiradas, por tratores e camiões, árvores queimadas e que durante este processo estão a deixar as estradas em muito mau estado, referindo que é necessário proceder ao reparo destas, questionando ainda, quem são os responsáveis por esta questão.

José António Figueiredo: Inicia a sua intervenção questionando, sobre a estrada da Ponte Ferreira, obra importante para as localidades das Silvãs e para a freguesia de Rio de Moinhos, que ao longo dos anos se foi degradando apesar do esforço da Câmara Municipal para a manutenção da sua conservação. Refere, ainda em relação à referida estrada, que seria importante a candidatura a um fundo comunitário, que permitisse a requalificação da mesma. Pergunta qual o ponto de situação do início das obras da nova zona empresarial do concelho de Sátão. Por último sugere que, devido à proximidade da época de incêndios, se proceda ao arranjo dos estradões existentes, que haviam sido feitos pela Câmara Municipal juntamente com o Regimento de Engenharia de Aveiro, e que haviam ficado muito bem realizados. Refere também a necessidade da reparação dos caminhos agrícolas, que permitam que as pessoas se desloquem mais facilmente aos seus terrenos.

Inês Nunes: Começa a sua intervenção, referindo a importância das placas de trânsito e das placas de identificação de localidades, para os condutores e população em geral, identificando em seguida dois casos onde acha necessária uma intervenção. Fala em primeiro lugar da situação que se verifica ao entrar na localidade de Vila Longa, concelho de Sátão, para quem vem do concelho de Aguiar da Beira pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

zona da Cavaca, onde não se encontra qualquer identificação de que se está a entrar na aldeia de Vila Longa. Seguidamente identifica a inexistência de uma placa de STOP, na zona denominada de Companheiro, assim como a danificação da placa que faz a identificação de referido lugar. Questiona depois sobre os problemas da Rede *Wireless*, da qual não há registos de sinal de Internet em algumas localidades, como Contige ou Vila Longa, e pede esclarecimento sobre a manutenção feita às antenas de *Wireless*. De seguida questiona sobre a limpeza das galerias ripícolas, primárias e secundárias, e quais as zonas já intervencionadas e prioritárias, mencionando a sua importância no combate aos incêndios. Por fim agradece o esforço da Câmara Municipal na resolução do problema dos postos de eletricidade, mencionados na reunião anterior, e afirma confiar que outras questões anteriormente colocadas, como por exemplo o estado das valetas e a melhoria das acessibilidades, possam ter o mesmo tratamento.

Maria Virgínia Figueiredo: Começa a sua intervenção falando sobre o viaduto entre as localidades de Corujeira e Quintas de Santo António, que devido à chuva sofreu vários estragos. De seguida refere os problemas que se verificam na estrada que liga a povoação de Lamas ao Castelo, e a preocupação de que as condições da referida estrada podem vir a causar acidentes graves, devido às raízes das árvores que levantam o asfalto e fazem com que os condutores se desviem para o meio da estrada. Relativamente à estrada entre o Castelo e o Cruzeiro Vermelho foi identificado o mau estado do piso, que dificulta a circulação, piso esse que foi colocado recentemente. Um outro assunto exposto foi a poda severa das árvores do recinto da feira de Lamas, apresentando um protesto da junta de freguesia de Ferreira de Aves e dos membros da assembleia de freguesia da mesma, pedindo para que quando fosse feita uma poda das referidas árvores pela Câmara Municipal, esta tivesse a colaboração e a opinião da junta de freguesia de Ferreira de Aves, sendo informada de tal ato. Compara o caso das árvores do referido espaço com as árvores de sombra do Santuário de Nosso Senhor dos Caminhos, e interroga se a Câmara pretendia fazer o mesmo tipo de corte no espaço do Santuário.

Acácio Pinto: Inicia a sua intervenção falando sobre a comemoração dos quinhentos anos dos forais manuelinos, afirmando que a Câmara Municipal, em articulação com as juntas de freguesia, deveria ter tido já uma intervenção sustentada, para a comemoração desta data, devido à importância cultural e ao cultivo da memória de um povo. Uma outra questão levantada foi relativa ao portal da internet da Câmara Municipal de Sátão, referindo os problemas técnicos, com os quais as pessoas se deparam quando tentam aceder ao portal. Por fim relembra uma recomendação dos deputados do PS apresentada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

na primeira reunião, sobre a medalha de ouro ao atleta Fernando Ferreira, questionando se já foi efetuada alguma diligência sobre esta matéria.

Manuel Jorge Oliveira: Começa por falar sobre os percursos efetuados pela empresa de Camionagem Berrelhas e a sua importância para as localidades por onde passa, pedindo ao Sr. Presidente, que efetue todos os esforços possíveis para que o autocarro volte a passar na Silvã de Baixo, pois apesar da pequena distância que as pessoas tem de percorrer até a Silvã de Cima, são frequentes os pedidos e as reclamações das pessoas que necessitam de se deslocar de autocarro. Um outro assunto referido foi a questão das valetas da estrada de ligação de Vila Longa à Vacaria, destruídas com a extração dos pinheiros do baldio, apelando a que a Câmara faça aquilo que está ao seu alcance para que as mesmas sejam reconstruídas. Lembra ainda o mau estado da estrada principal da Romãs, uma vez que esta é a sede da Freguesia, assim como a estrada entre o Soito de Golfar e Vila Longa, que causam grandes transtornos a quem tem de usar as mesmas diariamente, oferecendo também alguns perigos para a circulação devido ao mau estado de conservação e falta de condições.

Presidente da Câmara: Começa por responder à questão sobre a estrada Viseu-Sátão, colocada pela Sr.^a deputada Ana Cristina Gonçalves, dizendo que se tem vindo a trabalhar nessa questão mas que não tem ainda uma resposta definitiva, afirmando que a Câmara tem estado atenta aos fundos comunitários para averiguar se será possível ou não o financiamento para essa obra, devido à importância da mesma não só para o concelho de Sátão mas também para os concelhos vizinhos, pois é a ligação desses concelhos à cidade de Viseu. Refere ainda a possibilidade de que possa vir a existir uma ligação de Sátão à A25. Afirma que vai continuar a trabalhar, como sempre fez, no sentido de obter uma resposta positiva. Em relação à segunda questão colocada pela Sr.^a deputada Ana Cristina Gonçalves, responde dizendo que desconhecia o problema de saúde pública abordado, afirmando que irá averiguar o mesmo. Seguidamente responde ao Sr. deputado José Carlos Moreira em relação à questão da estrada de ligação Carvalhal-Lamas, respondendo como na última reunião, que a obra está entregue ao empreiteiro e que este já sabe o que tem a fazer e que a Câmara só receberá a obra quando esta estiver devidamente finalizada. Relativamente à sinalização afirma que irá ser aberto, possivelmente até ao fim do mês de maio, um novo concurso, em parceria com as juntas de freguesia, para ver a sinalização que falta e para que seja reposta. Depois responde à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves e ao Sr. deputado José Carlos Costa, em relação à questão da estrada da Corujeira, dizendo que as condições climáticas têm atrasado o reparo da referida estrada, mas que no início da próxima semana a obra irá ser realizada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Relativamente à verificação do Sr. deputado Carlos Rodrigues sobre as obras do novo posto da GNR, afirma que realmente as obras já tiveram novo início, sendo colocada nova vedação de proteção, dizendo que a obra será entregue ao Município em abril/maio de 2015. Em relação ao Sátão Digital corrige a intervenção do Sr. deputado Carlos Rodrigues, dizendo que o investimento feito foi de cerca de 76 mil euros, comparticipados em cerca de 80% pelo Estado, e não de 150 mil euros, como tinha sido afirmado pelo Sr. deputado. Afirma que realmente tem havido alguns problemas com esta infraestrutura, principalmente devido às trovoadas, sendo que a situação já foi devidamente reportada à seguradora para que se possa proceder ao arranjo das antenas de *Wireless*. Alerta ainda para a possibilidade de este problema voltar a surgir, quando ocorrerem trovoadas. Já em relação ao embelezamento da zona do Eucalipto de Contige, afirma que a promessa feita vai ser cumprida e que se irá proceder ao embelezamento assim que seja possível. Responde em seguida à Sr.^a deputada Ana Isabel Almeida, relativamente às estradas florestais, nomeadamente o caminho Duas Igrejas-Queiriga, afirmando que assim que seja possível essa questão irá ser resolvida. Ao Sr. deputado José António Figueiredo, responde que se têm vindo a fazer pequenas intervenções na estrada da Ponte Ferreira, e que quando houver possibilidade para tal, será feita uma excelente intervenção, colocando tapete novo. Quanto à questão da nova zona empresarial responde que a obra está entregue ao empreiteiro, estando de momento a aguardar uma resposta do Tribunal de Contas, devido ao valor da obra ser superior a 950 mil euros, que faz com que seja necessário o visto do Tribunal de Contas para se dar início à obra. Diz ainda que a obra tem de estar pronta em junho de 2015 e que vai ser comparticipada em cerca de 1 milhão de euros. Tendo sido já realizado o levantamento de todos os proprietários dos terrenos para que todos se reúnam e haja uma explicação do que vai ser feito e pago. Responde de seguida à Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, dizendo que a questão da poda das árvores no recinto da feira de Lamas, não pode ser comparada com a poda das árvores no recinto do Santuário de Nosso Senhor dos Caminhos, pois pertencem a entidades distintas. A Câmara Municipal gere o espaço da feira da melhor maneira que entender, pois é da sua responsabilidade. Refere que ouviu várias pessoas em relação à poda das árvores e a maioria pediu para se fazer a poda. Quanto à questão do Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Romãs, Decermilo e Vila Longa referente ao trajeto do autocarro, diz nada saber sobre essa questão, mas que irá averiguar o que se passa e tentar resolver a situação. Já em relação às valetas que se encontram danificadas afirmou que o processo está a ser tratado, e em relação à estrada da sede de freguesia disse que irá insistir perante o empreiteiro para que a estrada seja acabada. Responde por fim ao Sr. deputado Acácio Pinto, dizendo que no dia nove de maio virá o Sr. Dr. Inês Vaz para dar uma palestra aos alunos da escola, e à noite, na Casa da Cultura, haverá também uma palestra sobre os forais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

manuelinos. Relativamente ao portal da internet diz que se está a tratar do problema, recorrendo a um novo servidor. Quanto à questão da medalha de ouro refere ainda não se ter debruçado sobre o assunto, mas quando houver possibilidade para isso o assunto será prontamente trazido à Assembleia Municipal para o devido debate. Quando este assunto for tratado, poderão também ser focadas outras pessoas.

III ORDEM DO DIA

3. **Apreciação do inventário e apreciação e votação da Prestação de Contas do ano de 2013.**

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto três da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Inicia dizendo que foi enviado um CD a todos os senhores deputados, sendo que está também presente o técnico da Câmara Municipal para poder ajudar a responder às questões que possam surgir. Afirma ainda que a execução orçamental foi de 81,15% na receita, e de 71,41% na despesa, que o saldo positivo passou a ser de um milhão, cento e cinquenta e dois, e que o trabalho vai continuar a ser desenvolvido no mesmo sentido, por forma a manter a estabilidade das contas. Termina dizendo que está disponível, para depois de analisados os documentos apresentados, responder a qualquer dúvida ou questão que possa surgir por parte dos senhores deputados.

Dr. Domingos Rodrigues (Chefe da Unidade Financeira da Câmara Municipal): Começa a sua intervenção, apresentando a Prestação de Contas e explicando, de forma breve, os valores que são apresentados e as medidas que têm vindo a ser tomadas, no período em análise. Explica a evolução dos orçamentos e a sua execução.

Presidente da Câmara: Intervém, dizendo que se alguém quiser questionar sobre a apresentação de contas, que se sinta livre para o fazer, que assim a questão será respondida na hora, e não é assim necessário aguardar pelo final.

Dr. Domingos Rodrigues (Chefe da Unidade Financeira da Câmara Municipal): Retoma a apresentação da Prestação de Contas do Município de Sátão. Esclarece que o valor dos transportes com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

o pessoal corresponde ao custo dos transportes escolares. Diz que os custos com os estagiários não entram nos custos com o pessoal, entram na rubrica “pessoal em qualquer outra situação”. Diz que o aumento dos custos com o pessoal se deve á reposição de subsídios aos funcionários, que tinham sido retidos no ano anterior.

Presidente da Assembleia: Abre inscrições para este Ponto da Ordem de Trabalhos.

Inscrições: Paula Cristina Cardoso, Acácio Pinto.

Paula Cristina Cardoso: Inicia a sua intervenção reconhecendo o mérito pelo baixo peso da dívida e também o empenho na manutenção estável da taxa de execução de 80%. Salaria no entanto um reparo, relativamente à Prestação de Contas, no quadro 2 da página 8, em que os valores apresentados quer na receita e despesa corrente quer na despesa e receita de capital são precisamente iguais quer no ano de 2012, quer no ano de 2013, questionando se houve alguma falha.

Presidente da Câmara: Afirma que a Sr.^a deputada Paula Cristina Cardoso tem toda a razão e que essa falha tinha sido já apontada na reunião da Câmara Municipal, mas que não foi corrigida, lamentando o facto.

Paula Cristina Cardoso: Prossegue, colocando uma questão, que segundo ela já tinha sido mais ou menos explicada aquando a apresentação, e que tem a ver com o quadro 7, questão essa que era relativa ao aumento das despesas com o pessoal. Disse que tinha sido então já referido, que esse aumento se devia à presença dos estagiários, e questionou então qual o número de estagiários integrados na Câmara Municipal em 2013 e que tivesse levado a esse aumento. Também relativamente à aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, questiona o porquê do aumento dessa rubrica. Apresenta ainda uma outra questão, relativa aos serviços, no ponto das despesas com eletricidade, onde não se conseguiu baixar o seu valor. Refere que até uma determinada altura do ano passado, à noite todas as luzes do Concelho eram desligadas nas ruas, perguntando se não se conseguiu aí fazer uma redução de custos. Fala ainda de uma outra questão, que verificou na página 19, quadro 12 também houve um aumento em quase todos os parâmetros, nomeadamente com os seguros de acidentes pessoais, perguntando o que levou a esse aumento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Começa por afirmar que realmente se verifica um engano no quadro referido inicialmente pela Sr.^a deputada Paula Cristina Cardoso, engano esse que não deveria ter acontecido e que era da responsabilidade dos técnicos da Câmara. Seguidamente responde à questão sobre os estagiários, dizendo que neste momento se encontram, a desempenhar funções na Câmara alguns estagiários, mas não estão integrados na Câmara Municipal.

Paula Cristina Cardoso: Questiona quais as áreas em que se encontram os estagiários.

Presidente da Câmara: Prossegue a sua intervenção dizendo que se encontram cerca de 10/11 estagiários, nas mais diversas áreas, enumerando por exemplo, as áreas da cultura, do turismo, da contabilidade, engenharia e arquitetura. Diz de seguida que se encontram estagiários na contabilidade, na parte do turismo, na parte da arquitetura e na parte de educação física, os quais terminam o estágio em junho/julho, referindo ainda um estagiário de engenharia na parte da eletromecânica que é aquele que está ligado à parte elétrica. Afirma de seguida que aí houve realmente um aumento. Seguidamente fala sobre o problema da eletricidade, diz que há duas coisas a ter em conta. Anteriormente era gasta menos luz, pois o IVA era reduzido, a partir do momento em que passou para 23%, foi quando se passou a desligar as luzes. Prossegue afirmando que como é de conhecimento geral no último trimestre de 2013, passaram a ser ligadas as luzes, portanto isso leva a que se tenha verificado um aumento. Exemplifica ainda que neste último trimestre, a Câmara Municipal, pagou de eletricidade pública, 115 mil euros. Defende ainda que as luzes foram ligadas, que houve um pedido da maior parte dos presidentes de junta de freguesia, que entendiam que as luzes não deviam estar desligadas. Neste momento encontram-se ligadas. Tendo-se já começado em Águas Boas e Forles a ver o que era possível desligar, e que esse trabalho vai ter continuidade, até que saia o projeto das leds, projeto esse que está ainda na CIMVDL, sendo que as informações transmitidas são de que está com um bom andamento, para ver se se consegue equipar o Concelho com luzes led. Conclui dizendo que esse aumento se deve à alteração do IVA e do facto de as luzes terem sido ligadas novamente. Relativamente à questão do aumento do seguro, diz que os seguros subiram também graças aos estagiários, todos os estagiários são obrigados a ter um seguro, assim como os POC's. Tendo-se também deparado com a situação de que relativamente a todas as viaturas e à parte de armazém, não tinha qualquer cobertura, tendo por isso sido feito um seguro contra roubos e até contra incêndios. Daí esse aumento com os seguros. Conclui, afirmando que a CIMVDL vai fazer uma candidatura para que todas as câmaras tenham a mesma empresa a assegurá-las para conseguirem baixar o custo da eletricidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Dr. Domingos Rodrigues (Chefe da Unidade Financeira da Câmara Municipal): Intercede para dizer que efetivamente há um plágio de números que foi feito no gráfico, que terá de ser retificado. Dizendo ainda que como se pode ver efetivamente na página, no lançamento total da receita, os valores do ano estão corretos.

Presidente da Câmara: Usa da palavra para dizer que sempre foi uma pessoa muito direta e muita correta. Afirmado de seguida que o Sr. Dr. Domingos Rodrigues já tinha sido chamado à atenção para o referido erro. Avisou-o que estava o mesmo valor mencionado nos dois anos, mas o erro não foi corrigido, apesar do Sr. Dr. Domingos Rodrigues ter referido que o erro já estava corrigido.

Acácio Pinto: Começa por dizer que pretende fazer duas ou três considerações gerais ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre a questão do orçamento. Diz então que registou, positivamente, alguns aspetos da Prestação de Contas, nomeadamente no que concerne ao prazo médio de pagamentos que baixou para 28 dias. Registou positivamente a redução do endividamento, dizendo que é um dado que merece o seu registo assim como o de todos, e registou também positivamente a questão dos limites do endividamento, e portanto neste aspeto global acha que deve fazer a justiça ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, porque em termos financeiros puros, há registos positivos. Diz de seguida que o orçamento e as contas de uma autarquia, devem ir para além da questão meramente financeira. Afirma que a parte financeira, evidentemente é importante, mas que deve também ter em conta a parte social. Prossegue dizendo que a Prestação de Contas como um elemento fundamental de qualquer entidade, neste caso, reflete também alguns aspetos. Constata que se regista uma redução a nível da execução, ou seja, há uma redução nos últimos três anos, da execução da despesa e portanto isto é negativo e revela que, embora os valores andem este ano nos 70%, em 2013, um ano em que terminou um mandato e iniciou outro mandato, houve uma redução da despesa. Diz que em 2013 houve também um aumento que lhe parece ser negativo, do grau de dependência das contas da Câmara em relação ao Orçamento de Estado, ou seja, a dependência que andava à volta dos 58%, 59%, passou para 63,45%, ou seja, há também um aspeto negativo. Diz depois que obviamente que este aspeto negativo se resolve com o aumento de receitas, como é evidente e, portanto, se não houve mais receitas, aumentou a dependência do Orçamento de Estado. De seguida, refere um outro aspeto que acha que deve ser enfatizado, que é o número de revisões orçamentais e de alterações, não dizendo se são muitas ou poucas, dizendo só, que são seis revisões orçamentais e treze alterações, entendendo que este facto também deve ser abordado, para que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

todos saibam que em 2013 houve aquele conjunto de alterações. Enfatiza de seguida um outro aspeto, de que em 2013 foram confrontados com um aumento significativo do peso com o pessoal. Afirmando não ter nada contra isso, pois considera a criação de emprego positiva, sendo que gostava que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, dissesse que algum dos onze estagiários pudesse continuar o seu trabalho no Município, uma vez que estão ali com uma expectativa positiva para continuar. Diz de seguida que percebeu, que a partir de junho nenhum deles irá continuar, o que afirma com toda a frontalidade que não é de todo um aspeto positivo, porque as pessoas quando iniciam uma atividade profissional, seja com estágio seja com o que for, expectam poder continuar na entidade que servem durante, neste caso, um ano. Finaliza dizendo que registou negativamente que em 2013, houvesse uma redução no peso dos bens de investimento. Sendo que bens de investimento é o que a Câmara Municipal e as juntas de freguesia e as populações precisam para poderem fazer obra. Dizendo que houve uma redução no peso de bens de investimento, redução aliás que tem vindo a acontecer nos últimos três anos, ou seja, a redução com o investimento e com os bens de investimento, foi mais ou menos simétrica com os aumentos que houve com os custos com o pessoal, afirma que deveria ter havido aqui algum cuidado. Diz que iniciou com um aspeto positivo no início e volta a reiterá-lo. Refere que é importante que haja boas contas, não há nenhuma dúvida sobre isso, mas apresenta um outro aspeto, que é o facto de no concelho de Sátão, através de estudos feitos e dados a conhecer por várias instituições credíveis, argumentando que em todos eles o Sátão não está bem posicionado sobre o ponto de vista social. Sobre o ponto de vista financeiro, a Câmara Municipal de Sátão está bem, mas não tem só que se preocupar com a questão financeira, também tem de o fazer, mas também tem de olhar para as pessoas, argumenta. Afirmo que os índices de pobreza têm vindo a aumentar, e que os dados mais recentes revelam isso, as questões do emprego e do dinamismo empresarial, já levantadas anteriormente, são questões relevantíssimas e que portanto foram registadas. Registou também com agrado que o senhor Presidente tenha dito que a área empresarial está entregue, pois efetivamente só com dinamismo empresarial e com intervenção e dinamismo social é que se pode tentar reverter a situação. Apela, por fim, para que em 2014 o Sr. Presidente da Câmara Municipal possa tentar, dentro da sua gestão financeira rigorosa, conciliar este rigor da gestão financeira com uma vertente social, com uma vertente empresarial, porque todos os satenses agradecem, sobretudo aquelas pessoas que estão a iniciar a sua vida profissional, que saíram das universidades, que saíram das escolas profissionais e que porventura têm de emigrar. Diz que espera que o Sr. Presidente da Câmara Municipal possa olhar para a vertente social e empresarial, para que em 2014 e nos próximos anos, se possa inverter este processo da demografia negativa do concelho de Sátão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Começa por responder ao Sr. deputado Acácio Pinto referindo que as revisões e as alterações orçamentais são realizadas sempre que forem necessárias. Refere ainda que como deve ser do conhecimento do Sr. deputado Acácio Pinto, no término de um Quadro Comunitário, como foi o caso, e no início de outro há verbas que têm de ser transferidas de umas rubricas para outras, consoante os apoios que surgem nesses Quadros. Diz que a Câmara Municipal fez três alterações e seis revisões durante o ano de 2013. Salienta que não irá atrasar a entrada de verbas no Município, só por causa do fazer alterações ou revisões, pois estas são permitidas por Lei. Quanto ao pessoal, não houve aumento do mesmo. O aumento da verba deve-se ao facto de no ano de 2012 não se pagar o subsídio de férias e em 2013 efetuar-se esse pagamento, de acordo com a legislação. Outra justificação para o aumento dos gastos com o pessoal prende-se com os estagiários. Neste sentido começa por referir que sempre falou verdade e que cada vez mais na política se deve optar por essa via, porque infelizmente, a ciência política deste País, graças aos inúmeros erros que se foram cometendo, não é credível. Salienta que esta não é a sua via, por isso sempre falou verdade e já explicou aos estagiários que não poderá abrir concursos de pessoal para os integrar, apenas poderá abrir um ou outro concurso mediante as reformas que se verifiquem. Não cria expectativas a ninguém, quando estas realmente não existem. Quanto às receitas do Município, a maior parte delas advém do Imposto Municipal sobre Imóveis. Todas as outras receitas são mínimas a não ser as da Administração Central. Quanto ao aspeto social diz que quanto melhor estiver a economia deste País e da Câmara Municipal, mais se poderá ajudar no que concerne a vertente social. Relembra que no ano de 2006 foi realizado o Regulamento Social do Concelho de Sátão, o qual é respeitado ao máximo. Quanto à dinamização empresarial, esclarece que neste momento existe um Parque Industrial repleto e que está para breve a nova Zona Industrial que está a ser devidamente anunciada nos órgãos de comunicação social, de modo a atrair mais investidores e empresários para o concelho de Sátão. Refere que o Município isenta da taxa de derrama os empresários que se queiram fixar na nova Zona Industrial que estará concluída em junho do ano de 2015; também terão à disposição rendas dos terrenos a um preço simbólico. Relativamente aos estudos referidos, julga que o Sr. deputado Acácio Pinto está a referir-se ao estudo realizado pela Universidade da Beira Interior. Salienta que a Administração Central está a realizar um estudo credível onde aborda todos os parâmetros de desenvolvimento de cada concelho. Quando esse estudo estiver terminado e for público poder-se-á então verificar qual é a verdadeira posição ocupada pelo concelho de Sátão. De seguida aborda a despesa focada na Prestação de Contas esclarecendo que esta teve uma variação muito pequena em relação ao ano anterior.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e feita a apreciação da Prestação de Contas do ano de 2013, esta foi votada do seguinte modo:

Votos a favor: 17 (dezassete)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 10 (dez)

Estavam presentes 27 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por maioria.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

4. Discussão e votação da 2.^a Revisão Orçamental do ano de 2014.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto quatro da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Esclarece que esta revisão orçamental é realizada por causa do saldo positivo do ano anterior que tem de transitar parta este ano. É uma revisão orçamental obrigatória.

Inscrições: Não há inscrições.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir e feita a discussão da 2.^a Revisão Orçamental do ano de 2014, esta foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 26 (vinte e seis)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 1 (uma)

Estavam presentes 27 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado por maioria.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

5. Designação de quatro cidadãos eleitores, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sátão, biénio 2014/2016.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto cinco da Ordem de Trabalhos à discussão. Pergunta aos representantes políticos se têm alguma lista a apresentar relativamente a este Ponto.

Manuel Jorge Oliveira: Refere que o PSD apresenta a seguinte lista: Geraldo de Jesus Oliveira, Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral, Luís Carlos Figueiredo de Sousa, Diana Chaves Figueiredo.

Acácio Pinto: Questiona se a votação deste Ponto da Ordem de Trabalhos irá utilizar o método de Hondt.

Presidente da Assembleia: Esclarece que esta votação não será feita através do método de Hondt, mas sim votação à lista, sendo que a lista mais votada elege todos os elementos dessa lista.

Acácio Pinto: Refere que discorda do método, logo não apresenta qualquer lista.

Presidente da Assembleia: Informa os Srs. deputados que a lista entregue pelo representante do PSD será denominada de “lista A” e que serão distribuídos boletins de voto para se proceder à votação por escrutínio secreto. Pergunta se alguns dos presentes pretende intervir.

Inscrições: Maria Virgínia Figueiredo

Maria Virgínia Figueiredo: Começa por dizer que a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal se dirigiu aos representantes dos Partidos. Questiona legitimamente se alguém que não seja representante dos Partidos também pode apresentar uma lista.

Presidente da Assembleia: Pergunta se algum dos presentes pretende apresentar uma lista de quatro cidadãos eleitores, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sátão, biénio 2014/2016.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Maria Virgínia Figueiredo: Manifesta interesse em apresentar uma lista, solicitando um pequeno intervalo de dez minutos.

Presidente da Assembleia: Concede o intervalo solicitado.

Presidente da Assembleia: Retoma os trabalhos e pergunta se existe alguma lista a apresentar.

Maria Virgínia Figueiredo: Informa que não tem nenhuma lista a apresentar.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais nenhuma lista a apresentar, informa que coloca à votação por escrutínio secreto a lista apresentada pelo representante do PSD, denominada de “lista A” constituída pelos seguintes cidadãos: Geraldo de Jesus Oliveira, Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral, Luís Carlos Figueiredo de Sousa, Diana Chaves Figueiredo.

Presidente da Assembleia: Feita a discussão da designação de quatro cidadãos eleitores, para integrarem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sátão, biénio 2014/2016, foram designados os seguintes senhores: Geraldo de Jesus Oliveira, Paula Alexandra Loureiro de Lemos Amaral, Luís Carlos Figueiredo de Sousa, Diana Chaves Figueiredo, com a seguinte votação:

Votos a favor: 12 (doze)

Votos nulos: 13 (treze)

Branco: 2 (dois)

Estavam presentes 27 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

Declaração de voto do Sr. deputado Acácio Pinto: Saúda as pessoas eleitas que lhe merecem toda a consideração. No entanto, não há uma representatividade neste método de votação daquilo que são quatro cidadãos eleitores do concelho de Sátão. Deveria ter havido uma interação, uma negociação, uma conversação. Refere que se eram cidadãos eleitores deveria ter havido abertura para tal. Salienta mais uma vez que saúda os eleitos, mas refere que saiu diminuído o prestígio desta Assembleia Municipal na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

forma que encontrou para fazer a eleição. Diz que esta Assembleia Municipal saiu enaltecida pelo facto de ter havido mais votos que não concordaram com o processo do que os que concordaram com o mesmo.

Presidente da Assembleia: Refere que a discussão não tem de ser impulsionada pela Mesa da Assembleia Municipal.

Declaração de voto da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, Maria Virgínia Figueiredo: Começa por dizer que não lhe preocupa que haja o método de Hondt relativamente aos partidos representados na Assembleia Municipal. Importa-lhe que quando haja nomes numa lista que esteja para ser apresentada, ainda que seja só o nome de um cidadão do concelho de Sátão, seja feito o seguinte: que haja uma abertura com um Edital devidamente afixado e esclarecido, com o devido prazo. Deste modo as pessoas interessadas farão a sua inscrição, virão a esta Assembleia Municipal e serão ou não votadas.

6. Discussão e votação da(s) lista(s) dos Juizes Sociais.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto seis da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Refere que os nomes apresentados na lista distribuída foram indicados pelas várias organizações e associações existentes no concelho de Sátão que lidam com crianças. Enumera algumas das organizações consultadas: IPSS, grupos de escuteiros, escolas públicas e privadas, associações desportivas e recreativas, CPCJ.

Inscrições: António Carlos Rodrigues, Maria Virgínia Figueiredo, Acácio Pinto, José António Figueiredo, Paula Cristina Cardoso

António Carlos Rodrigues: Pergunta se foram consultadas todas as associações culturais e recreativas.

Presidente da Câmara: Esclarece que só foram consultadas as associações mais antigas e as que lidam com crianças.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Maria Virgínia Figueiredo: Pergunta quais as associações e instituições que foram consultadas na freguesia de Ferreira de Aves.

Presidente da Câmara: Refere que em Ferreira de Aves foram consultados a associação ARCAS, o grupo de escuteiros, a Escola e o Clube Recreativo de Ferreira de Aves.

Maria Virgínia Figueiredo: Pergunta de seguida quais foram as associações que responderam.

Presidente da Câmara: Esclarece que em Ferreira de Aves só responderam a associação ARCAS e o grupo de escuteiros.

Acácio Pinto: Pergunta qual foi o critério utilizado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que é o proponente da lista apresentada, para caracterizar de um a quinze como sendo membros efetivos e os restantes, de um a onze como membros suplentes.

Presidente da Câmara: O principal critério utilizado foi a escolha de instituições e associações que lidam com mais crianças. Esclarece que estão representadas na lista de Juizes Sociais, nos membros efetivos, todas as associações e instituições que responderam.

José António Figueiredo: Pergunta o que fazem os Juizes Sociais.

Presidente da Câmara: Devido à sua profissão de advogada, solicita à Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal o esclarecimento à questão do Sr. deputado José António Figueiredo.

Presidente da Assembleia: Começa por esclarecer que existem processos no Tribunal que são de promoção e de proteção de crianças em risco. Nesses processos, por vezes o Juiz da Comarca quer socorrer-se desses Juizes Sociais para decidir sobre uma situação do menor. O Juiz Social é um juiz sem toga que vai também presidir o julgamento ou a diligência em que esteja em causa um menor e vai decidir conjuntamente com o juiz da comarca. Estes Juizes Sociais também são remunerados com ajudas de custo. Refere ainda que a Lei, além de especificar quais são as instituições que devem cooperar com a Câmara Municipal, também refere que se deve dar prioridade a quem trabalha com mais crianças, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

poderá compreender melhor a situação explanada. Assim, a lista apresentada foi feita tendo em conta estes critérios. Se o juiz da comarca entender que necessita de um juiz social, irá requisitá-lo, para assim poder tomar uma decisão quanto ao menor envolvido no processo. Os Juízes Sociais são nomeados por sessenta dias existindo uma rotatividade entre eles. Diz que tem conhecimento que há uma situação urgente e por isso a comarca solicitou o mais breve possível que fosse indicada uma lista de juízes sociais.

Paula Cristina Cardoso: Refere que a lista apresentada deveria ter sido acompanhada da devida legislação para que este assunto pudesse ser devidamente esclarecido.

Presidente da Câmara: Salaria que foi comunicado pela Comarca de Sátão que existia um processo urgente de um menor que carecia da intervenção dos Juízes Sociais. Como esta lista não existia, solicitaram que a mesma fosse elaborada o mais rapidamente possível. Como o caso é urgente, optou por não fazer a consulta através de edital, porque esse método iria atrasar muito mais o processo. Entenderam que consultando diretamente as instituições e associações ligadas às crianças tornaria o processo mais célere. Refere que mesmo assim, tiveram de pressionar algumas das instituições envolvidas, para que respondessem o mais rapidamente possível ao solicitado e que ainda assim algumas instituições não responderam no devido prazo. Diz que se algum dos Srs. deputados quiser consultar todo o processo, que poderá fazê-lo, pois este processo foi tratado pela Jurista da Câmara Municipal, Sr.^a Dr.^a Helena Leal. Refere que esta lista tem um mandato de dois anos.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir informa que será feita uma votação por escrutínio secreto. Feita a discussão da lista dos Juízes Sociais apresentada, foi aprovada a seguinte lista:

Efetivos:

1. Maria de Lurdes Ramos Cruz
2. Paula Maria Tomaz de Almeida
3. Rosa Maria Neto Pereira Aguiar
4. Marisa de Jesus Bártolo
5. Paulo Silvério da Costa Rodrigues
6. Filipa Isabel Diogo dos Santos
7. Carla Isabel Almeida Santos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

8. Maria Manuela Barroso Leitão Rodrigues
9. Sónia Cristina Quinteiro dos Santos
10. Maria Helena de Almeida Mota
11. Rosa Maria dos Remédios Oliveira Pina
12. Mercês Pereira dos Reis
13. António Martins Pinto
14. Ana Margarida Ferreira Lopes
15. Paulo Joaquim da Costa Ferreira

Suplentes:

1. Patrícia Andreia Gonçalves Ferreira
2. Belarmino Correia Soutinho
3. Ricardo Joel Rodrigues dos Santos
4. Rogério Francisco Novo Santos
5. Ilda Maria Soares Lopes Ferro
6. Carlos de Almeida Gonçalves
7. Vítor José Veiga Marques
8. Maria da Conceição Figueiredo dos Santos
9. António Pereira Pinto
10. Manuel António Pina Lopes
11. António José da Costa Ferreira Cardoso

A lista foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 14 (catorze)

Votos nulos: 4 (quatro)

Branco: 9 (nove)

Estavam presentes 27 deputados na sala, pelo que o documento foi aprovado.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

Declaração de voto da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, Maria Virgínia Figueiredo: Começa por dar os parabéns aos eleitos e deseja-lhes as maiores felicidades. Diz que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Juízes Sociais são pessoas que vão ajudar o Juiz da comarca a decidir em questões de crianças e de jovens em risco. Dá como exemplo o facto de se poder ir ou não ir para uma cadeia e ir para uma instituição de apoio psicológico ou psiquiátrico, é muito diferente. Os Juízes Sociais vão ficar sentados ao lado dos Juízes enquanto os advogados estão a fazer o seu trabalho. Depois reúnem com os Juízes e vão dar a sua opinião. Estas pessoas têm de ter um determinado perfil. Diz ainda que dá os parabéns e deseja as maiores felicidades a quem foi eleito, por outro lado, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal diz que a quem entregou este processo não foi bem conduzido, na sua opinião. Porque a lei diz textualmente que deverão ser ouvidas e pedir a colaboração nomeadamente, dizendo depois as entidades que funcionam com crianças. Pensa que as juntas de freguesia – até porque têm o fenómeno de verem regressar às suas aldeias pessoas que foram psicólogos, médicos reformados, professores reformados – tinham uma colaboração a dar, todos os presidentes de junta de freguesia, poderiam indicar pessoas com perfil, que ao longo de uma vida sabem como se deve apostar e até quando se deve apostar nos jovens. Pensa que os presidentes de junta teriam uma colaboração a dar e não a iriam negar. O princípio básico e mais fundamental de todos é que deveria ter sido de facto aberta uma lista com um prazo e que fossem chamadas todas estas instituições, porque por vezes as pessoas não colaboram, mas se não os convidarmos a isso, eles não vêm seguramente. A cidadania deve ser também trazida para estes fins. Diz que aqui está um facto consumado e foram postos perante ele; poderiam ter ficado mais enriquecidos e ter tido a colaboração de pessoas que daqui a dois anos não podem vir colaborar, porque há idade mínima e máxima para se poderem assumir estas funções de Juízes Sociais e a idade máxima são 65 anos. Há pessoas que neste momento ainda estariam em condições de poder dar o seu contributo e que daqui a dois anos não estarão. A cidadania deve ser trazida para as instituições e é esta a proposta que solicita ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que quando indicasse alguém que tratasse de um assunto destes que tivesse um poder mais abrangente com esta perspetiva.

7. Discussão e votação da autorização para abertura de Procedimento Concursal com vista à constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado – 1 lugar de Técnico Superior Florestal ou Agrícola, previsto no mapa de pessoal.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto sete da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para alguns esclarecimentos prévios.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Presidente da Câmara: Diz que este lugar já estava previsto no Mapa de Pessoal da Autarquia e que o orçamento da Autarquia permite a abertura do concurso, bem como as aposentações de alguns funcionários que estão à espera que se realizem ainda este ano. Já falou também da abertura de um gabinete para dar apoio à agricultura deste Concelho, portanto a abertura deste lugar está aqui inserido.

Inscrições: Acácio Pinto, António Carlos Rodrigues

Acácio Pinto: Refere que ouviu com atenção a explanação realizada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Diz que é curioso que o Sr. Presidente salientou o aspeto menos relevante que está aqui em causa. Apenas se cingiu ao facto de existir orçamento para a abertura do concurso e que também já está previsto no Quadro de Pessoal. O que está em causa é a fundamentação de lei, ou seja, tem que ser um recrutamento imprescindível. O Sr. Presidente não se referiu a esta fundamentação que é exigida por lei, por isso solicita-lhe que explique a fundamentação. Questiona também o Sr. Presidente para quando pensa abrir este procedimento concursal, no caso de ser aprovado. Pergunta também porque é que nos onze estagiários profissionais não tem nenhum com estas características.

Presidente da Câmara: Começa por responder ao Sr. Deputado Acácio Pinto referindo que nos estágios profissionais não tem ninguém com o curso de Técnico Superior Florestal ou Agrícola. De seguida questiona-o “E se tivesse?”

Acácio Pinto: Responde que quem faz as perguntas na Assembleia Municipal são os Deputados e não o Presidente da Câmara Municipal. Os Deputados estão presentes para fiscalizar a atuação do Presidente da Câmara Municipal.

Presidente da Câmara: Refere não tem nenhum estagiário com o curso de Técnico Superior Florestal ou Agrícola, mas mesmo que tivesse, o concurso estava aberto e ele também poderia concorrer. Diz que o facto de ter um estagiário na Câmara Municipal, não o pode incluir no Quadro de Pessoal sem proceder à abertura de um concurso, no qual todos podem concorrer. O estagiário não teria nem mais nem menos direito, só pelo facto de estar a fazer um estágio profissional. Quanto à abertura do procedimento concursal este será feito de imediato, assim que a Assembleia Municipal o autorize. Quanto à imprescindibilidade do concurso, se quiser abrir um Gabinete da Agricultura e que este funcione bem, este técnico é imprescindível para o gabinete.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Acácio Pinto: Diz que não ficou satisfeito com a resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. Se o lugar que pretende criar é tão imprescindível e a justificação foi unicamente “é imprescindível”, é pouco, faltou conteúdo e dimensão. Pergunta o que é que o Sr. Presidente da Câmara Municipal quer fazer com este técnico. Se era assim tão imprescindível, questiona porque é que não começou logo com um estagiário profissional nessa área para poder já trabalhar para a autarquia de Sátão nessa matéria. Reforça que, independentemente da questão concursal, devia ter começado com um estagiário profissional nessa área.

Presidente da Câmara: Diz que respeita a opinião do Sr. Deputado Acácio Pinto, mas que os estagiários profissionais são pessoas que estão durante meio ano ou um ano e que depois se vão embora. Havendo uma abertura de um concurso de pessoal, estes estagiários poderiam concorrer assim como qualquer outra pessoa. Refere-se novamente à questão de que este lugar em discussão é imprescindível, porque quer criar um Gabinete da Agricultura e um engenheiro da área florestal ou agrícola é fundamental. Não tem mais nada a acrescentar. Quanto às tarefas desse engenheiro, como é lógico, tem muito a realizar e tem muito onde intervir, como por exemplo reuniões com agricultores, reuniões em Viseu com a parte agrícola. Há um enorme trabalho a fazer na área da agricultura no concelho de Sátão, aos apoios que os agricultores se podem candidatar, entre outros. Diz ainda que, como Presidente de Câmara, quer criar um Gabinete da Agricultura para o concelho de Sátão e entende que é necessário criar um lugar de engenheiro agrícola ou florestal. Este lugar não se iniciou com um estágio profissional, porque as pessoas que frequentam estes estágios poderão ficar ou não no lugar da sua área. Poderiam ter uma intervenção nesse Gabinete da Agricultura, que depois de abrir o procedimento concursal ficasse outra pessoa e essa pessoa não concordar com a visão do anterior estagiário, relativamente à agricultura no Concelho. Entende que o Gabinete da Agricultura tem de ter alguém que fique sempre, por isso quer criar um lugar a tempo indeterminado. Diz que as pessoas devem sediar-se no Concelho, criar família, ter estabilidade profissional e não andarem a fazer de “salta-pocinhas”. Esta é a justificação do lugar ser por tempo indeterminado.

Acácio Pinto: Registou o epíteto que colocou a muitas pessoas que estão a trabalhar na autarquia de Sátão de “salta-pocinhas”, porque há inúmeros contratos que esta Autarquia já fez para pessoas que agora o Sr. Presidente da Câmara Municipal apelidou de “salta-pocinhas”, porque são muitos os funcionários que entraram sem ser com contrato a tempo indeterminado e ele próprio concorda que as pessoas tenham



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

que ter garantias. Pergunta o porquê desta duplicidade de critérios. Por último questiona o Sr. Presidente da Câmara Municipal, se esta Assembleia Municipal aprovar este procedimento concursal, então o Sr. Presidente, de imediato, procede à abertura do concurso. Pergunta onde está a estratégia e o plano, porque o orçamento para o ano de 2014 não refletia esta estratégia do Sr. Presidente da Câmara Municipal. A sua estratégia em junho de 2013, quando se decidiu pelos onze estagiários profissionais, não tinha esta estratégia; refere que esta estratégia é muito recente. Regista também que este parecer do Sr. Presidente da Câmara Municipal não foi feito por uma jurista independentemente da qualidade do conteúdo. Diz que o parecer refere-se a 2% do corte em 2014; então se o Sr. Presidente da Câmara Municipal diz que vai abrir o concurso de imediato, então já tem menos 2% neste momento. Tem esta dúvida, porque fundamentar uma redução de 2% com pessoas que pediram a Caixa Geral de Aposentações, parece-lhe que isto é “colocar o carro à frente dos bois”, utilizando uma expressão popular. Isto porque na Câmara Municipal de Sátão tem pessoas que há mais de um ano, quase há dois, com o pedido na Caixa Geral de Aposentações e que até agora não foi despachado. Parece que está a pedir à Assembleia Municipal um “cheque em branco”. Solicita um esclarecimento quanto a esta matéria.

Presidente da Câmara: Esclarece que neste momento a Câmara Municipal tem muito poucas pessoas que não estejam ligadas ao Quadro de Pessoal, apenas quatro. Diz que ao longo do tempo vai ouvindo as outras pessoas e vai mudando a maneira de estar. Diz que, como já referiu, têm de dar qualidade de vida aos jovens, emprego. Diz que anteriormente o procedimento foi diferente, como poderia ter sido outro. Nesta situação concreta entende que tem de ser um contrato indeterminado; parece-lhe que o Sr. deputado Acácio Pinto está preocupado com o facto de se estar a abrir um lugar a tempo indeterminado. Volta a reforçar que, neste momento, havendo um lugar para abrir este deve ser a tempo indeterminado, porque as pessoas devem ter qualidade de vida e estabilidade profissional, radicando-se no Sátão. Se anteriormente isso não foi feito, foi porque atualmente mudou de opinião. Qualquer pessoa pode mudar de opinião. Em virtude do problema que tem surgido no interior, com a sua desertificação, é lógico que se criem incentivos para fixar as pessoas. Em relação aos 2% refere que tem alguns funcionários que pediram a reforma e a qual ainda não foi autorizada. De seguida refere o seguinte: não sabe se os 2% se referem apenas a este ano ou se se refere desde que a lei foi implementada. Diz ainda o seguinte: na sua vida privada sempre soube o que quis; o mesmo se aplica ao concelho de Sátão e à Câmara Municipal. Não tem qualquer queixa do concelho de Sátão, nem das pessoas que até esta data lhe deram o apoio desde a primeira hora que assumiu o cargo que ocupa. Isto reflete que o concelho de Sátão vê em si alguma visão; se assim não fosse o concelho dir-lhe-ia “tu és um borra-botas que anda para aqui, deixa-te



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

de estar sempre a candidatar-te porque no fundo a tua situação é complicada. Está quieto.” Refere que o concelho tem-lhe dado sempre o apoio. Tem uma ideia que é criar um Gabinete da Agricultura e que esse gabinete dê frutos nos próximos anos e que seja uma grande alavanca para a agricultura neste Concelho, para o seu crescimento e desenvolvimento. Este Concelho já foi bastante agrícola e julga que é na agricultura que poderá criar riqueza. Pois o Sátão tem pouco turismo, apenas tem o turismo religioso, quanto à indústria, esta será fomentada com a construção do novo parque Industrial, por isso têm de aproveitar a agricultura. Quanto às IPSS estas estão bastante desenvolvidas, pois é o terceiro setor de emprego no Concelho.

António Carlos Rodrigues: Refere que depois das palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal ao dizer que o Sátão tem pouco turismo, pouca indústria se percebe os lugares que o Sátão ocupa nos rankings que são publicados. Pergunta quando vai abrir o concurso, questão esta já anteriormente colocada pelo Sr. deputado Acácio Pinto. Supostamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal deve ter pensado abri-lo até à próxima reunião da Assembleia Municipal, pelo facto de já o ter trazido a esta.

Presidente da Câmara: Refere que o que disse é que o concelho de Sátão poderá apenas utilizar o turismo religioso e pouco mais em relação ao turismo. A Câmara Municipal tem feito o que é possível em relação ao turismo, por exemplo a requalificação a Capela de Nossa Senhora da Esperança, e em relação à indústria, não disse que está assim tão má, pois por exemplo só a Cerútil tem 180 funcionários. Neste momento o Sátão tem uma zona industrial que está repleta; estão a criar uma nova zona industrial que espera que seja uma realidade no Concelho. Quanto à abertura do concurso este será realizado logo que seja possível e que até à próxima reunião da Assembleia Municipal o concurso estará aberto, pois senão não o traria nesta Ordem de Trabalhos.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir coloca à votação o ponto sete da Ordem de Trabalhos. Feita a discussão da autorização para abertura de procedimento concursal com vista à constituição de Relação Jurídica de Emprego Público por Tempo Indeterminado – um lugar de Técnico Superior Florestal ou Agrícola, previsto no mapa de pessoal, este foi aprovado com a seguinte votação:

Votos a favor: 20 (vinte)

Votos contra: 1 (um)

Abstenções: 5 (cinco)

Estavam presentes 26 deputados na sala.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Pelo que o documento foi aprovado por maioria.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

Declaração de voto do Sr. Deputado Acácio Pinto: Começa por dizer que a declaração de voto que vai apresentar é meramente pessoal. Nada o move contra a aposta que a Câmara Municipal tem e deve fazer na agricultura e na floresta. A sua abstenção tem a ver com a incapacidade – e esta é a sua declaração – do Sr. Presidente da Câmara Municipal explicar a esta Assembleia a questão dos 2% de redução e a questão da imprescindibilidade que a lei exige para este caso. Tem só a ver com isso. Acha por bem que seja a tempo indeterminado, mas gostava que lhe tivesse explicado o que acabou de dizer.

8. Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do Concelho: autorização de celebração de contratos interadministrativos e aprovação de minuta de contrato; autorização de celebração de acordos de execução e aprovação de minuta de contrato.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto oito da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Começa por referir-se à Lei 75/2013, de 12 de setembro, relativamente às atribuições das juntas de freguesia, aos contratos de execução e aos contratos interadministrativos. Os contratos de execução são os que a Câmara Municipal pode fazer com as juntas de freguesia, os quais têm direito por lei. Os contratos interadministrativos são os que a Câmara Municipal pode fazer com as juntas de freguesia atribuindo-lhes verbas – estas são da competência da Câmara Municipal – desde que não façam parte do Plano e Orçamento do Município, para que as juntas possam executar essas obras. Como é do conhecimento da Assembleia Municipal, já estava anteriormente no Orçamento do Município a transferência de verbas do Município para as juntas de freguesia, no valor de trezentos e setenta e cinco mil euros. Setenta e cinco mil euros seriam para limpezas de valetas e ruas e trezentos mil euros que serão atribuídos mediante determinados critérios previstos na Lei. Já foi feita uma reunião com as juntas de freguesia e a Câmara Municipal continuará a distribuir esses trezentos e setenta e cinco mil euros, se assim for autorizado pela Assembleia Municipal, pois é da sua competência essa autorização. Esta lei foi feita essencialmente para as juntas de freguesia de Lisboa e pouco mais. Espera que a mesma seja



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

alterada, porque pouco diz para as juntas de freguesia do interior em relação às atribuições ou às competências das mesmas.

Presidente da Assembleia: Não havendo ninguém para intervir coloca o ponto oito à votação. Feita a discussão da delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia do Concelho: autorização de celebração de contratos interadministrativos e aprovação de minuta de contrato; autorização de celebração de acordos de execução e aprovação de minuta de contrato, esta foi aprovada com a seguinte votação:

Votos a favor: 26 (vinte e seis)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Estavam presentes 26 deputados na sala.

Pelo que o documento foi aprovado por unanimidade.

Foi posta à votação a minuta sobre este ponto da Ordem de Trabalhos.

A minuta foi lida, votada e aprovada por unanimidade.

9. Informação sobre a Situação Financeira do Município.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto nove da Ordem de Trabalhos à discussão, concedendo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para alguns esclarecimentos prévios.

Presidente da Câmara: Refere que foi enviado o Mapa da Situação Financeira do Município a todos os senhores deputados, colocando-se à disposição para qualquer dúvida que surja.

Inscrições: Não houve inscrições.

10. Informação sobre a Atividade Municipal e outros assuntos de interesse concelhio.

Presidente da Assembleia: Coloca o ponto dez da Ordem de Trabalhos à discussão

Inscrições: Maria Virgínia Figueiredo, Paula Cristina Cardoso, Rui Miguel Cabral



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

Maria Virgínia Figueiredo: Começa por dar os parabéns à Câmara Municipal pelas muitas e diversas atividades que tem apresentado. Quanto ao documento entregue, gostaria, se for possível, de saber o número de participantes em cada atividade. Por exemplo, na Piscina Municipal, questiona o número de utentes e quanto custa por mês. De seguida, refere-se à entrada do edifício da Câmara Municipal, cujo edifício é nobre, bonito e a todos orgulha, dizendo que as portas de vidro existentes são pouco funcionais, principalmente para as pessoas com mobilidade reduzida. Quanto à questão financeira do Município agrada-lhe o rigor das contas da Câmara Municipal, dando-lhe os parabéns a ela e a todos os munícipes. Mas, como munícipe que se desloca à Câmara Municipal encontra os preços/taxas praticados muito elevados. Dá como exemplo uma licença de habitabilidade em que no Município de Sátão se paga na ordem dos 17 euros. Explica que pode trazer uma fotocópia simples, mas tem que fazer um requerimento. Então, na consulta de um processo, além dos 17 euros, ainda é cobrado 7,5 euros pela consulta do processo, ou seja, pelo facto de irem buscar o processo e tirarem uma fotocópia do mesmo. Refere que não é só culpa da atual Câmara Municipal, pois alguém já terá votado para que estas taxas estejam em vigor. Uma vez que estamos numa nova Assembleia Municipal e já que a parte financeira é benéfica, têm aqui a hipótese de irem à parte social, porque os munícipes necessitam destes documentos quando falece uma pessoa, por exemplo. É irónico quando falece o pai de alguém, que se sabe que tem uma casa, mas que não se sabe o ano de construção dessa mesma casa, para o saber terá que pagar por cada ano de pesquisa. Diz que se vai à Câmara Municipal de Viseu ou de Vila Nova de Paiva não paga nada por este serviço de consulta/pesquisa. Existe uma enorme discrepância que urge acabar.

Paula Cristina Cardoso: Reconhece o mérito da Câmara Municipal pela diversidade das atividades apresentadas e desenvolvidas. Apresenta um reparo quanto ao cumprimento do calendário e o horário das exposições estipuladas na Casa da Cultura, porque ela própria se deslocou à Casa da Cultura para visitar a exposição sobre Aquilino Ribeiro que estava patente até ao dia 13 de março, pois assim estava anunciado. No entanto, no dia 12, aquando da sua deslocação, a exposição já estava a ser desmontada às 17h30. Se por algum motivo se tiver de fazer a desmontagem da exposição deve haver esse comunicado. De seguida, em relação ao projeto *NETid@des*, pergunta qual foi a adesão ao mesmo, atendendo à especificidade do projeto, uma vez que era para “jovens de mais de 60 anos” do concelho de Sátão. De seguida refere-se a um sinal de paragem de autocarro que está colocado junto à casa do Sr. Mendes a seguir à rotunda, na entrada do Sátão. Hoje em dia, dadas as circunstâncias, há muitas pessoas a fazer boleias para se deslocarem ao seu local de trabalho e costumavam deixar aí os seus carros. Atualmente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

deixaram de o poder fazer porque está colocado um sinal de paragem de autocarro. Questiona qual é o autocarro que ali passa e porque é que está colocada essa sinalização.

Rui Miguel Cabral: Questiona se, desde a última reunião com os Srs. Presidente de Junta de Freguesia, há novidades relativamente às luminárias fundidas, principalmente na freguesia de Rio de Moinhos. Refere que tem enviado alguns ofícios, faz o registo, fala com o engenheiro, e as luminárias continuam fundidas. A EDP não tem dado resposta. Agradece que o Sr. Presidente da Câmara Municipal se reúna o mais rápido possível com o Sr. Eng.º Peres para ser dada uma resposta o mais célere possível a este assunto. Quanto aos caixotes do lixo diz que foram informados da limpeza dos mesmos nas freguesias. Pergunta para quando está prevista essa limpeza. De seguida refere-se a um eucalipto junto ao lagar do azeite, do qual já enviou um ofício às Estradas de Portugal, assim como tem conhecimento que a Câmara Municipal também solicitou uma informação acerca deste assunto ao Instituto de Estradas. Fez o pedido no mês de dezembro para que o eucalipto fosse aparado, porque acarreta perigo público e ainda não foi feito nada. Mesmo sendo uma estrada nacional e não sendo estrada camarária, solicita igualmente que a Câmara Municipal desenvolva esforços no sentido de intervir nesse assunto para que seja resolvido o mais rapidamente possível.

Presidente da Câmara: Quanto às portas de vidro referidas pela Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Ferreira de Aves, diz-lhe que as mesmas foram colocadas porque a Câmara Municipal necessita de ter uma temperatura ambiente amena, sem as quais isso não era possível. Vai tentar que as portas abram de um modo mais fácil. Quanto às taxas referidas irá averiguar e comparar as mesmas e se forem passíveis de ser alteradas, irá propor a sua alteração numa próxima reunião da Câmara Municipal, que depois serão apresentadas à Assembleia Municipal para esta decidir. De seguida responde à Sr.ª Deputada Paula Cristina Cardoso, quanto ao calendário das exposições na Casa da Cultura, diz que provavelmente o responsável pela exposição quis levantar a mesma mais cedo, mas que no futuro essa situação será acautelada. Vai averiguar o que se passou na exposição de Aquilino Ribeiro. Quanto ao projeto *NETid@des*, tiveram uma boa adesão ao mesmo e solicitaram a sua continuação. Quanto ao problema da paragem do autocarro, julga que essa paragem terá sido colocada para servir as pessoas que vão e vêm de Lisboa. Recorda-se que o Sr. Vereador Paulo Santos se deslocou com o Sr. Comandante da GNR ao local para conseguirem arranjar um sítio, o mais seguro possível, para se colocar essa paragem. De seguida responde ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio de Moinhos dizendo-lhe que vai tentar falar com o Sr. Eng.º Peres, relativamente às luminárias fundidas. Quanto aos caixotes do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

lixo, diz que a Câmara Municipal é informada quando é feita a limpeza e que depois informa as juntas de freguesia. Diz ainda que deve ser feita uma sensibilização às pessoas para não deitarem os sacos do lixo abertos nos contentores, para conservarem os caixotes em melhores condições. Quanto ao eucalipto refere que a resolução deste problema não é fácil, pois o mesmo já aconteceu com uns pinheiros em Decermilo em que demoraram algum tempo até virem abater os pinheiros. O que está previsto não é aparar o eucalipto em Rio de Moinhos, é abatê-lo, segundo a informação que tem das Estradas de Portugal. Só não sabe quando é que o mesmo será concretizado. Termina a sua intervenção dizendo que foi chamado à atenção relativamente aos Juízes Sociais. Diz que pensou em afixar um edital e sabia de antemão que não iria aparecer ninguém. Também foi dito que esse processo seria para pessoas até aos 65 anos e que algumas das pessoas indicadas agora não poderiam continuar daqui a dois anos, pois já teriam ultrapassado a idade. Diz que aqueles que têm menos de 18 anos daqui a dois anos também já poderão fazer parte dessa lista de Juízes Sociais. Em relação à intervenção no ponto sete na qual foi dito que a sua intervenção não foi a melhor, diz que pelo resultado da votação do ponto em causa, as pessoas compreenderam perfeitamente a sua explicação, porque grande parte dos Srs. Deputados votaram a favor, e que os que mostraram alguma relutância acabaram por se abster. Foi suficientemente explícito, porque se assim não fosse todos os deputados votariam contra e isso não aconteceu. Informa ainda que na próxima quarta-feira, às 15h haverá uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia sobre a nova plataforma informática. Se algum deles não quiser ou não puder estar presente poderão fazer-se representar por alguém que tenha noções de informática. Diz ainda que terão uma sessão solene do 25 de abril, às 10h, onde está previsto, se a Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal concordar, cada representante do Partido na Assembleia Municipal intervir. Pede a cada um dos representantes para que façam chegar essa vontade e quem irá usar da palavra nesse dia para organização do programa. Haverá o hastear da bandeira e a atuação do grupo Zaatam que entoará o Hino Nacional, bem como a interpretação da canção *Grândola Vila Morena*. Durante a tarde também haverá a inauguração da exposição “Olhares à Volta de Abril”, na Casa da Cultura. No fim-de-semana seguinte também se realizará a Expo Cultura integrada nas comemorações do 25 de abril. Lembra que no dia 9 de maio, pelas 21h30, para assinalar a atribuição dos Forais Manuelinos será feita uma palestra pelo historiador e arqueólogo Dr. Inês Vaz, na Casa da Cultura de Sátão. A Piscina Municipal também vai assinalar os 10 anos de existência no dia 25 de abril, com atividades desportivas gratuitas para todos. Quanto aos dados da Piscina e do Ginásio Municipais refere que na próxima reunião informará a Assembleia Municipal. Diz ainda que a Câmara Municipal não tem lucros substanciais quanto a estas infraestruturas, daí estar já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÁTÃO

a ser aplicada a falada vertente social, em que são praticadas atividades a custo mais baixo e outras totalmente gratuitas, para que todos tenham acesso às atividades propostas.

Presidente da Assembleia: Não havendo mais ninguém para intervir e depois de terminada a discussão da Ordem de Trabalhos dá por encerrada a reunião às 00h50.

O Presidente da Assembleia

Os Secretários
